Bolsonaro freia PEC dos combustíveis

Bolsonaro discorda de ministros sobre PEC dos combustíveis

Cristiano Zaia e Fabio Murakawa De Brasília

O presidente Jair Bolsonaro desautorizou ministros a avançarem com a proposta de emenda constitucional (PEC) nos termos que o governo vinha preparando para tentar reduzir o valor dos combustíveis e da energia elétrica em momentos de alta, segundo um interlocutor do presidente.

Em reunião ontem, Bolsonaro avaliou que a ideia de um fundo de estabilização de preços que estava contemplado na PEC poderia não causar o objetivo esperado.

Em reunião no fim da tarde de ontem no Palácio do Planalto, Bolsonaro proibiu seus ministros de falaram numa PEC que equalize preços de combustíveis no Brasil, após avaliar que a proposta poderia não causar o objetivo inicialmente esperado. O encontro, segundo relatos, foi "tenso" e nele Bolsonaro proibiu que se fale na proposta para solucionar o problema da alta nos preços de combustíveis e da energia.

Participaram os ministros Ciro Nogueira (Casa Civil), Paulo Guedes (Economia), Flávia Arruda (Secretaria de Governo) e Bento Albuquerque (Minas e Energia). O encontro começou por volta das 17 horas e durou pouco menos de uma hora e meia.

Na leitura inicial do governo, o melhor a se fazer seria criar um fundo de estabilização de preços para arcar com a flutuação do preço do barril de petróleo no mercado internacional e que eventuais aumentos no valor dos combustíveis não fossem repassados na bomba para o consumidor. No entanto, chegou-se à conclusão que o efeito da PEC seria o inverso, podendo gerar impacto no aumento do

dólar e, por efeito, pressão inflacionária em outros itens, como nos alimentos.

O **Valor** mostrou que já na semana passada houve um racha entre alguns ministros em torno da PEC.

De um lado, os ministros Guedes e Nogueira não haviam topado a ideia que vinha sendo gestada no governo de se criar um fundo de estabilização para amortecer eventuais oscilações bruscas de preço de combustíveis. E em outra frente, os ministros Onyx Lorenzoni (Trabalho) e Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) defendiam o fundo.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política Caderno: A Pagina: 10